

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

GT 5 – Política e Economia da Informação

APORTES DA POLICY INQUIRY PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM INFORMAÇÃO

POLICY INQUIRY CONTRIBUTIONS TO PUBLIC INFORMATION POLICIES

Maria Elisabeth Vasconcellos Monteiro – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Evelin Melo Mintegui - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: na atualidade, vivemos um período em que questões sociais e democráticas se mostram fragilizadas diante do paradigma neoliberal dominante. Dentro desse contexto, é importante que as políticas públicas em informação sejam trabalhadas conforme ideais democráticos e inclusivos. Para esse efeito, discutimos neste trabalho a Policy Inquiry, uma teoria em políticas públicas especialmente fundamentada na obra de Frank Fischer e que carrega um viés crítico e social para a área, propondo uma visão nestes estudos que seja complementar a metodologia positivista frequentemente encontrada. A partir de uma revisão de literatura, procuramos aproximar esses dois temas, de forma a construir uma visão alternativa no desenvolvimento de políticas em informação. Como conclusão, percebemos que os ideais da Policy Inquiry podem ser extremamente benéficos aos estudos e desenvolvimentos em políticas de informação e como é importante manter o caráter social, democrático e coletivo dentro dessa atividade, alinhado com a visão contemporânea de informação enquanto uma força constituinte da sociedade.

Palavras-chave: políticas públicas de informação; políticas de informação; *policy inquiry*; teoria crítica.

Abstract: currently, we live in a period in which social and democratic issues appear fragile in the face of the dominant neoliberal paradigm. Within this context, it is important that public information policies are developed according to democratic and inclusive ideals. To this end, we discuss Policy Inquiry in this paper, especially based on Frank Fischer, a public policy theory that carries a critical and social bias for the area, proposing a vision in these studies that complements the positivist methodology frequently found. Through a literature review, we seek to bring these two themes closer together, in order to construct an alternative vision in the development of information policies. In conclusion, we realize that the ideals of Policy Inquiry can be extremely beneficial to studies and developments in information policies and how important it is to maintain the social, democratic, and collective character within this activity, aligned with the contemporary view of information as a constituent force of society.

Keywords: public information policies; information policies; policy inquiry; critical theory.

1 INTRODUÇÃO

No século XXI, pode-se afirmar que vivemos em uma crise da democracia, um fenômeno que pode ser visto enquanto uma continuação do cenário político-econômico

observado no século XX, tanto em países europeus (Itália, Espanha e Portugal), quanto na América Latina, na forma das ditaduras militares e movimentos totalitários. Apesar de ser encontrada nas ciências humanas e sociais uma expansão em filosofias pautadas em questões de justiça social e democracia, como a Escola de Frankfurt, o pensamento pós-estruturalista e a teoria decolonial, essas forças teóricas encontraram resistência quanto à sua aplicação na política contemporânea e no *mainstream* científico.

Diversos sociólogos e filósofos refletiram sobre como essa fragilidade social e democrática é uma problemática séria dentro das sociedades contemporâneas, dentre eles Han (2022), Dardot e Laval (2016) e Levitsky e Ziblatt (2018). Mais do que um problema puramente político, essa problemática engloba questões econômicas, sociais e culturais, atravessando de diversas formas os indivíduos e as instituições nas sociedades que existem em um contexto globalizado, competitivo e mercantilista.

É dentro deste contexto político-social que vemos as políticas públicas em informação. Tendo se desenvolvido principalmente no contexto pós-segunda guerra, e tomando novos contornos com a expansão da sociedade da informação e da internet a partir da década de 1990 (Braman, 2009; Castells, 2005), essas políticas trabalham sob diferentes visões do que a informação é, quem deve ter acesso e como deve ser tratada. Vemos no século XXI um aumento nos estudos de análise das políticas públicas em informação, advindo tanto de pesquisadores do campo da ciência da informação quanto aqueles da área de políticas públicas, mas tipicamente se utilizando de teorias e metodologias empregadas por autores deste último campo.

A intersecção entre essas duas áreas traz enormes contribuições para o desenvolvimento de políticas públicas em informação, mas também carrega algumas das problemáticas que são percebidas nestas teorias e metodologias. Em especial, o caráter positivista, empirista e a postura politicamente neutra presentes na teoria dominante dentro dos estudos de políticas públicas, e que se encontra respaldada na realidade dos estudos em políticas de informação.

Visando propor soluções teóricas e metodológicas para a superação destas problemáticas, diferentes pesquisadores de políticas públicas têm se dedicado a entender essas políticas de maneira a conectá-las com a realidade social, por meio de teorias filosóficas menos objetivistas e conectadas com noções de justiça social e democracia. Dentre elas, a

Policy Inquiry, fortemente baseada nos trabalhos desenvolvidos por Frank Fischer (1942 – atual), se mostra como uma das teorias mais consolidadas dentro da área, sendo influente para aqueles estudos de análise de políticas públicas que trazem uma metodologia pluralista e social, como a *Mirada ao Revés*, de Boullosa (2013).

Objetiva-se neste trabalho, de maneira geral, aproximar os estudos em políticas públicas de informação (PPI) com a teoria da *Policy Inquiry*. Isso será feito com base em uma exposição sobre as principais características das PPIs, seu histórico e alguns de seus ideais enquanto extraídos da literatura da área, complementado por uma apresentação da teoria da *Policy Inquiry*, com especial ênfase no trabalho de Frank Fischer. Espera-se a partir da construção deste trabalho que se possa estabelecer dentro dos estudos de PPIs uma visão com caráter mais social e democrática, enquanto complementar aos estudos tecnicistas e empíricos.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM INFORMAÇÃO

As políticas públicas voltadas à informação são fruto do contexto pós-segunda guerra, marcadas pela necessidade de informação científica e tecnológica na guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética da década de 1960 (Browne, 1997a), o que também coincide com o desenvolvimento e consolidação da ciência da informação enquanto campo científico. Políticas Públicas (PP) como um todo são definidas como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema tido como público, com diversos atores se envolvendo nesse processo, mas tipicamente tendo uma visão estadocêntrica em que o governo possui um papel principal e ativo no desenvolvimento e aplicação dessas políticas (Secchi; Coelho, 2020).

Esse problema público comumente é entendido como a diferença entre o status quo e uma situação ideal, o que pode variar intensamente entre diferentes atores que integram esse problema. Alguns exemplos comuns de atores são o próprio estado em suas diversas camadas (políticos, juízes, burocratas, *policymakers*, entre outros), empresas privadas, organizações não-governamentais, partidos políticos, grupos de interesse, meios de comunicação, entre outros.

Por sua vez, as Políticas Públicas de Informação (PPI) são aquelas políticas desenvolvidas com um problema público informacional em mente, visando seu enfrentamento e resolução para criar um cenário ideal na sociedade. O avanço da internet no

final dos anos 1990 intensificou a necessidade dessas políticas, dentro de um cenário em que cada vez mais nos vemos cercados de informações e dados, intensificando discussões sobre transparência, acessibilidade e visibilidade da informação

Jardim, Silva e Nharreluga (2009) trazem a importância de estudos em PPIs para a Ciência da Informação, mas destacam como a área se mantém relativamente pouco aprofundada, mesmo tendo ganhado tração nas últimas décadas. Os autores destacam também algumas problemáticas nas PPIs, como a visão estadocêntrica, a escolha do viés ideológico e conceitual como base em que essas políticas são feitas, o cenário social e estatal que elas se inserem, as causas, custos, efeitos e consequências das políticas, os obstáculos para sua realização, entre outros pontos.

O trabalho de Braman (1989) se coloca como um dos mais importantes para essa área, especialmente em suas discussões sobre as formas em que essas políticas públicas se relacionam com a informação. Segundo a autora, são 4 as principais formas que a informação é vista nessas políticas:

- ☐ a) Enquanto recurso, tratada de forma generalista, permitindo uma praticidade e adaptabilidade nas políticas, mas limitada quando confrontada com a realidade social e cultural da informação;
- ☐ b) Enquanto *commodity*, um bem que pode ser trocado e vendido, um serviço que tem um certo valor, o que se encontra fortemente sustentado na realidade capitalista neoliberal contemporânea, mas que diminui a possibilidade da informação enquanto bem público;
- ☐ c) Enquanto percepção de padrões, adiciona diferentes contextos (históricos, políticos, sociais, culturais, etc.) à informação, visando diminuir incertezas e aproximar nosso entendimento da informação à realidade social em que a informação circula, tendo como mas sendo relativista e volátil;
- ☐ d) Enquanto força constituinte da sociedade, ou seja, um agente que não somente é afetado pelos contextos da realidade, mas também os molda e cria, alterando de forma significativa o funcionamento da sociedade, com impacto profundo nos sujeitos, tendo um caráter fortemente politizado e ideológico mais intenso que em outras vertentes.

Tendo em vista o exposto, a autora também destaca que, para os formadores de políticas, a definição de informação enquanto força constituinte da sociedade possui maior utilidade, fornecendo um padrão para comparação com outras visões de informação que podem ser levantadas pelos diferentes atores, algo que encontra respaldo na visão social da Ciência da Informação contemporânea.

Podemos constatar como é importante a existência de multiplicidades de análises e visões dentro dos estudos em políticas públicas, permitindo abarcar a complexa realidade social, política, econômica e cultural que vivemos. Estudos com viés descritivo (que relatam experiências reais e práticas das políticas públicas) são de tanta importância quanto aqueles com caráter normativo e prescritivo (que se concentram na ideia de como a realidade deveria ser).

A partir de estudos normativos, pode-se pensar numa perspectiva pós-positivista nas PPIs, que se coloca em contraposição com a noção positivista de que a realidade social é algo concreto, regido por regras naturais imutáveis, e que o trabalho do analista destas políticas é compreender de forma objetiva essa realidade, uma visão comumente encontrada na área (Brown, 1997b) Fundamentando-se também numa perspectiva pós-positivista, fica evidente a importância de que se tenham valores claros e bem estabelecidos nas PPIs, especialmente diante de crises políticas, econômicas e democráticas que vivemos na atualidade. Se mostram necessárias “novas formas de olhar e novos modelos normativos que deem conta de suas complexidades e incertezas, tanto em termos direitos e de valores, quanto em termos de um projeto de sociedade” (Boullosa, 2019, p.94).

Browne (1997b) argumenta também sobre a importância de valores nas PPIs, algo frequentemente apagado tanto nos estudos da área quanto nas políticas em si. Apesar de nem sempre ser encontrado de forma explícita, toda política necessariamente carrega em si certos valores e visões que guiam as noções expostas, e é imperativo que esses valores sejam nítidos e manifestos.

Como um todo, podemos ver como o campo se favorece de estudos que estejam alinhados a uma base teórica forte, crítica e pós-positivista, sem a intenção de apagar as pesquisas de cunho descritivo. A multiplicidade de paradigmas, teorias e visões é extremamente benéfica para a área, fornecendo uma base sólida para com que esses estudos possam ser feitos e novas políticas possam ser desenvolvidas.

3 POLICY INQUIRY

Dentre as visões pós-positivistas que existem na área das políticas públicas, a *Policy Inquiry* (PI) é uma das mais influentes. Frank Fischer é um dos autores mais importantes para essa teoria, tendo contribuído significativamente ao debate sobre o neopositivismo que é encontrado nas ciências sociais contemporâneas, incluindo os estudos em políticas públicas. Essa noção, raramente explicitada como tal, se encontra fundamentada no positivismo, ao carregar a ideia uma ciência generalista, objetivista, neutra, empírica, tecnicista e quantitativa (Fischer, 1998).

Ainda que algumas dessas características sejam valorizadas para certas metodologias e tendências científicas, o foco excessivo em estudos com tal viés afeta a implementação de políticas públicas. A abordagem neutra, ausente de valores, característica da racionalidade instrumental, se torna profundamente tecnicista e com um enfoque na eficiência. Como discutido, essa visão predomina nas PPIs (Brown, 1997b), encontrando respaldo também na perspectiva que o neopositivismo continua tendo especial espaço nas PPs do Brasil atual (Boullosa, 2019)

Denota-se que resultados empíricos e análises objetivas são sim de grande relevância, mas de maneira isolada são incapazes de permitir a contextualização de uma realidade sócio-histórica específica, e a tentativa positivista de generalizar resultados encontrados em uma comunidade específica para outras realidades socioculturais, pode ser danoso e problemático (Fischer, 1998).

Healy (1986) demonstra dois problemas que podem ser percebidos a partir desta visão. O primeiro, de cunho metodológico, se baseia no fato da profunda complexidade de controle de todas as variáveis sociais que um estudo empírico bem fundamentado e confiável deveria ter. O segundo, de cunho normativo, baseia-se na própria discussão ética de tratar sujeitos sociais enquanto objetos de estudo não reflexivos, cujo comportamento pode ser alterado conforme interesse daqueles que planejam políticas, em vez de atores sociais e morais com direitos à autodeterminação, vontades e desejos.

Concebendo que as decisões políticas afetam o bem-estar dos membros da sociedade, é importante que seus objetivos e os meios para sua execução sejam inerentemente morais,

o que significa dizer, questões de valor e morais devem trespassar por toda a construção das políticas públicas (Healy, 1986), algo que vai ao encontro de Browne (1997b).

Não se pode perder-se de vista o fato de que o conhecimento científico é um constructo social, uma atividade sociocultural com um caráter técnico que permite analisar e entender a sociedade ou comunidades, que por sua vez também são moldadas por práticas socioculturais e políticas. A realidade tem fortes contornos sociais, culturais, políticos e históricos, e os pesquisadores e formuladores de políticas, cada um com suas diferentes vivências, quadros ideacionais, formações acadêmicas e capacidades cognitivas, trazem consigo explicações científicas que são únicas e significantes no seu próprio sentido (Fischer, 2009).

A *Policy Inquiry* se distancia categoricamente de uma visão neutra e objetiva da ciência, abarcando a visão multiatorial dentro dos processos de PP e compreendendo tais como envolto pelas interações sociais e políticas que percorrem a sociedade, influenciando e sendo influenciada por tais (Boullosa, 2013). A crítica ao fetichismo metodológico, fortemente tecnocrata e tecnicista, é um dos pontos-chaves desta teoria, que tenta aproximar esse campo de estudos críticos, especialmente se utilizando de estudos de discurso e linguagem para entender a construção discursiva da realidade (Rincón; Celis, 2021).

Novamente encontramos isso refletido em questões levantadas por estudos em PPIs: Jardim, Silva e Nharreluga (2009) defendem a necessidade um posicionamento ideológico conceitual dentro destas políticas, compreendendo também o cenário sociopolítico em que elas se inserem e analisando seus custos, efeitos e consequências. Braman (1989) também reforça esta ideia ao afirmar que é necessário se alinhar com alguma visão de informação específica no desenvolvimento dessas políticas, especificamente favorecendo a noção da informação enquanto força constituinte da sociedade, por seu caráter social e comunitário

Fischer (2003) desenvolve o argumento da importância do discurso dentro das políticas públicas. A natureza discursiva das políticas existe dentro de um espaço social que constrói os sujeitos sociais, sua identidade e sua cultura, as quais são por si só um campo de disputa. Na contemporaneidade, podemos pensar como a ideologia neoliberal trabalha de forma a naturalizar o discurso hegemônico, tratando sua existência não como uma construção social que advém de uma história política e econômica mercantilista e capitalista, mas como uma característica inerente humana, o estado natural do homem (Dardot; Laval, 2016). Nesse

cenário de disputas discursivas, o pós-positivismo nas PPs reforça a necessidade de valores sociais e o entendimento dos problemas públicos conectado às comunidades que enfrentam esses problemas (Zgaib, 2021).

Essa lógica pós-empirista, alguns críticos apontam, se assemelha em grande parte com uma visão relativista da realidade, e na superfície parece fomentar uma ciência incerta e inexata. Apesar de se colocar de forma menos objetivista que visões empíricas tradicionais, a *Policy Inquiry* é capaz de estabelecer análises de grande importância para o caráter normativo das políticas públicas, sendo capaz de perceber nuances da realidade social que não seriam possíveis de serem observadas com a utilização de outras teorias. Em verdade, é necessário integrar as análises empíricas e normativas, de forma a compreender melhor o funcionamento político-econômico da sociedade.

Através desses entendimentos, a PI pretende construir um corpo de generalizações empíricas que sejam capazes de explicar o comportamento e funcionamento da sociedade dentro de um contexto que é essencialmente político e histórico, unindo a aplicação teórico-conceitual do discurso sobre políticas públicas e a prática cotidiana das políticas e instituições.

Percebemos como a *Policy Inquiry* tem forte influência da teoria crítica, especialmente dos trabalhos de Habermas, associado à Escola de Frankfurt, e de Foucault, expoente da teoria pós-estruturalista. Fischer (2024) se baseia em Horkheimer para definir a teoria crítica como uma expansão da teoria marxista tradicional, que engloba não somente os estudos sobre as relações de produção e econômicas, mas também questões sociais, culturais e políticas, tendo como objetivo a emancipação política e social pelos membros da sociedade. Objetiva-se não somente explicar a sociedade atual, mas integrar um movimento de mudança e de problematização crítica dessa realidade, com destaque para os valores de justiça social e democracia, que são princípios fundamentais para teóricos dessa linha.

Com base nessa corrente teórica, Fischer (2024) nos permite aprofundar as críticas do neopositivismo nas políticas públicas: a tentativa de diminuir o comportamento humano a algumas variáveis observáveis, apagando características individuais da vida humana e social; uma visão unidimensional, puramente objetiva e a-histórica que ignora a complexa realidade social; a noção irrealista de que a pesquisa é feita de forma neutra, sem valores pessoais, o que contrasta com a ideia de que os pesquisadores são influenciados por inúmeros fatores sociais e culturais que moldam suas práticas e pensamentos; o foco excessivo em caracterizar a

realidade através de métodos positivistas; o apagamento de desigualdades econômicas e sociais e as assimetrias no poder estrutural que molda a sociedade contemporânea. Através de uma perspectiva crítica e pós-positivista, é possível propor uma teoria que lida com algumas das problemáticas aqui levantadas.

Em larga parte, esse movimento pós-positivista também trabalha com o sentimento de desconexão entre os cidadãos e as instituições políticas, gerando uma apatia política nas sociedades ocidentais contemporâneas. Parte-se de uma visão de que a participação efetiva dos membros da sociedade como um todo, não somente os peritos técnicos e especialistas, permite uma maior integração da sociedade na política. A visão de participação ativa e democrática da sociedade, que recai sob múltiplos alicerces teóricos e práticos, é de especial importância para a *Policy Inquiry*.

A própria noção de sucesso e fracasso das políticas públicas recai majoritariamente sob o analista e formulador dessas políticas, excluindo a sociedade enquanto parte fundamental para esse processo ao alocar toda a confiança em diferentes atores, que por muitas vezes estão completamente desconexos da realidade social que as políticas se propõem a trabalhar. Parte-se da necessidade de uma reestruturação da relação com as políticas públicas, de forma a incluir a sociedade na compreensão dessas políticas e na criação de espaços de participação e deliberação que abarquem o público não-especialista. A importância disto se coloca também num contexto em que há uma forte desconfiança no trabalho político e nos especialistas que trabalham nesta área, visto que nem sempre são capazes de resolver problemas comuns através da aplicação de políticas públicas.

A participação ativa da sociedade permite aprendizados que são significativos para pesquisadores, e é de grande interesse a criação de espaços deliberativos em que o conhecimento pode fluir entre esses grupos. A *Policy Inquiry* propõe-se, então, a trazer uma abordagem teórica alternativa ao *mainstream* da área (argumentação racional), se utilizando de diferentes metodologias para a construção do entendimento sobre a realidade social e o estabelecimento de um marco normativo que seja descentralizado e democrático. Essa teoria busca superar um paradigma quantitativo, rígido, empirista e aplicado, passando de uma visão racionalista das políticas públicas para uma visão mais construtivista (ou construcionista) e argumentativa, focando-se na análise de discurso como parte importante das atividades de análise de políticas públicas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da fragilidade democrática que encontramos nas últimas décadas, é imperativo que as políticas de informação sejam desenvolvidas tendo em mente conceitos como justiça social, democracia, inclusão e participação social. Diversos autores da área pontuam a importância de valores claros e estabelecidos dentro dessas políticas, garantindo que a informação seja tratada enquanto uma força de grande relevância social e política, capaz de transformar a sociedade. Visões que tenham um caráter menos tecnicista e empírico são necessários para que a informação seja compreendida dentro de um contexto social complexo e multifacetado, permitindo que as políticas e seus estudos sejam restritas a descrições puras e tecnicistas da realidade, incorporando um viés democrático, político e social para a sua construção.

É nesse sentido que apresentamos neste trabalho a *Policy Inquiry* enquanto uma alternativa viável aos estudos positivistas em políticas de informação. Carregando um forte viés democrático e crítico, aliado a conceitos como participação ativa e justiça social, essa é uma teoria que possibilita expandir o entendimento de políticas públicas enquanto um constructo social, e nos permite fazer reflexões pertinentes sobre a forma com que construímos essas políticas.

Frank Fischer, por meio da *Policy Inquiry*, contribui para os estudos de políticas públicas ao criticar o caráter tecnicista, empirista e neutro do neopositivismo dominante, destacando que análises objetivas são insuficientes para compreender a complexidade social, cultural, política e histórica dessas políticas. Sua proposta enfatiza a integração entre dimensões empíricas e normativas, reconhecendo o papel dos valores e princípios éticos na formulação e avaliação das ações públicas. Fischer também evidencia a natureza discursiva das políticas, compreendidas como construções sociais e campos de disputa ideológica, e propõe superar o fetichismo metodológico por meio de análises de discurso e linguagem. Além disso, defende a participação democrática e ativa da sociedade nos processos decisórios, como forma de aproximar as políticas das comunidades e fortalecer sua legitimidade, configurando a *Policy Inquiry* como uma alternativa crítica, social e democrática às abordagens positivistas tradicionais.

Ao criticar o positivismo e valorizar a integração entre dimensões empíricas e normativas, essa perspectiva pode contribuir para superar o predomínio de análises tecnicistas e neutras que ainda marcam parte dos estudos sobre PPIs. Sua ênfase na natureza discursiva das políticas permite compreender a informação como construção social e campo de disputa, em sintonia com autores que a tratam como força constituinte da sociedade. Além disso, ao defender a participação democrática e ativa da sociedade nos processos decisórios, adotar a abordagem de Fischer pode ampliar as possibilidades de aproximar as PPIs das comunidades às quais se destinam, fortalecendo ideais de justiça social, inclusão e pluralidade de vozes. Assim, a *Policy Inquiry* pode ser aplicada à Ciência da Informação como base crítica e social para análise e formulação de políticas informacionais, equilibrando a dimensão técnica com a valorização de valores democráticos e coletivos.

Através do exposto nesse trabalho foi destacado a importância de visões sociais, coletivas e democráticas quando falamos sobre políticas públicas em informação – não visando apagar a importância de trabalhos empíricos e objetivistas, mas sim enquanto complementares a estes, permitindo criar uma base teórica sólida para que possamos melhor nos desenvolvermos enquanto sociedade diante da explosão informacional que vemos atualmente. Visões sociais e coletivas da informação tem se consolidado na área da Ciência da Informação, e é de interesse geral que essas visões se encontrem refletidas tanto na teoria quanto na prática das políticas de informação.

REFERÊNCIAS

BOULLOSA, R. F. Mirando ao revés as políticas públicas: os desenvolvimentos de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas. **Publicações da Escola Superior da AGU**, [s. l.], v. 11, n. 4, 2019. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/EAGU/article/view/2639>. Acesso em: 9 maio 2025.

BOULLOSA, R. F. Mirando ao revés nas políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. **Pensamento & Realidade**, [s. l.], v. 28, n. 3, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/17572>. Acesso em: 9 maio 2025.

BRAMAN, S. **Change of state**: information, policy, and power. [S.l.]; MIT Press, 2009.

BRAMAN, S. Defining information: an approach for policymakers. **Telecommunications Policy**, v. 13, n. 3, p. 233–242, 1989. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0308-5961\(89\)90006-2](https://doi.org/10.1016/0308-5961(89)90006-2). Acesso em: 9 maio 2025

BROWNE, M. The field of information policy: 1. Fundamental concepts. **Journal of Information Science**, v. 23, n. 4, p. 261-275, 1997a. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0165551597023004>. Acesso em: 9 maio. 2025.

BROWNE, M. The field of information policy: 2. Redefining the boundaries and methodologies. **Journal of Information Science**, v. 23, n. 5, p. 339-351, 1997b. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/01655515970230050>. Acesso em: 9 maio. 2025.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2005.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 413 p.

FISCHER, F. Beyond empiricism: policy inquiry in post positivist perspective. **Policy Studies Journal**, v. 26, n. 1, p. 129-146, 1998. Disponível em: <https://www.tps.org.cddc.vt.edu/e-print/peter.pdf>. Acesso em: 9 maio 2025.

FISCHER, F. **Critical policy inquiry**: interpreting knowledge and arguments. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2024.

FISCHER, F. **Democracy and expertise**: reorienting policy inquiry. Oxford: Oxford University Press, 2009.

FISCHER, F. **Reframing public policy**: discursive politics and deliberative practices. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HAN, B.-C. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

HEALY, P. Interpretive policy inquiry: A response to the limitations of the received view. **Policy Sci**, v. 19, p. 381–396, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF00139522>. Acesso em: 9 maio 2025.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. DE A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2–22, jan. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362009000100002>. Acesso em: 9 maio 2025.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RINCÓN, L.; CELIS, M. El enfoque discursivo y deliberativo de Frank Fischer: una lectura de Reframing public policy. Discursive politics and deliberative practices. *In*: DEUBEL, A.-N. R. (ed.). **Enfoques para el análisis de políticas públicas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2021.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas: conceitos práticos, questões de concursos.** São Paulo: Cengage, 2020.

ZGAIB, M. A. H. Política discursiva y prácticas deliberativas, un balance crítico de los aportes de Frank Fischer. *In*: DEUBEL, A.-N. R. (ed.). **Enfoques para el análisis de políticas públicas.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2021.